

**Programa Escola da Terra em São Paulo:
educação continuada de professores do campo**

*Escola da Terra Program in São Paulo:
continuing education of rural teachers*

*Programa Escola da Terra em São Paulo:
formación continua de maestros rurales*

Maria Cristina dos Santos ¹
Universidade Federal de São Carlos

Resumo: O Programa Escola da Terra é uma política pública de educação do campo criado em 2013 durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, coordenado pela Secretaria Continuada de Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC) em parceria com municípios, estados e universidades públicas federais. É uma das ações do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e visa à qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo. No estado de São Paulo, a execução do programa Escola da Terra ficou a cargo da Universidade Federal de São Carlos, a partir de 2017, ano que ofertamos a primeira formação para professores das escolas do campo paulistas. Neste texto apresento a experiência da UFSCar com o Escola da Terra, sua organização pedagógica e a concepção pedagógica adotada para a formação dos professores, a Pedagogia Histórico Crítica. Conclui-se que a mobilização coletiva em defesa da educação e da educação do campo, especificamente, é ainda mais necessária para a garantia e manutenção do direito a educação e, para isso, precisamos também de uma teoria pedagógica forte, que se contraponha às teorias hegemônicas que esvaziam a escola de sentido e os professores da autonomia intelectual para desempenhar o seu trabalho.

Palavras-chave: Escola da Terra. Educação do campo. Sala Multisseriada. Formação de Professores. Política Educacional.

Abstract: The Escola da Terra Program is a public policy for rural education created in 2013 during the first term of President Dilma Rousseff, coordinated by the Continued Secretariat for Literacy, Diversity and Inclusion (SECADI) of the Ministry of Education (MEC) in partnership with municipalities, states and federal public universities. It is one of the actions of the National Rural Education Program (PRONACAMPO) and aims to improve the provision of basic and higher education to rural populations. In the state of São Paulo, the Escola da Terra program was carried out by the Federal University of São Carlos, starting in 2017, the year in which we offered the first training for teachers of rural schools in São Paulo. In this text I present the experience of UFSCar with Escola da Terra, its pedagogical organization and the pedagogical concept adopted for the formation of teachers, the Critical Historical Pedagogy. It is concluded that collective mobilization in defense of education and rural education, specifically, is even more necessary to guarantee and maintain the right to education and, for that, we also need a strong pedagogical theory, which opposes the theories hegemonic theories that deprive the school of meaning and the teachers of intellectual autonomy to carry out their work.

¹ Doutora em Educação. Professora Associada. Departamento de Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: cbzerra@ufscar.br. Lattes <http://lattes.cnpq.br/1095065753077001>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3130-9433>.

Keywords: Earth School. Field education. Multigrade Room. Teacher Training. Educational politics.

Resumen: El Programa Escola da Terra es una política pública de educación rural creada en 2013 durante el primer mandato de la presidenta Dilma Rousseff, coordinada por la Secretaría Permanente de Alfabetización, Diversidad e Inclusión (SECADI) del Ministerio de Educación (MEC) en alianza con los municipios, universidades públicas estatales y federales. Es una de las acciones del Programa Nacional de Educación Rural (PRONACAMPO) y tiene como objetivo mejorar la provisión de educación básica y superior a las poblaciones rurales. En el estado de São Paulo, el programa Escola da Terra fue realizado por la Universidad Federal de São Carlos, a partir de 2017, año en que ofrecimos la primera formación para profesores de escuelas rurales de São Paulo. En este texto presento la experiencia de la UFSCar con la Escola da Terra, su organización pedagógica y el concepto pedagógico adoptado para la formación de profesores, la Pedagogía Histórica Crítica. Se concluye que la movilización colectiva en defensa de la educación y la educación rural, específicamente, es aún más necesaria para garantizar y mantener el derecho a la educación y, para ello, también necesitamos una teoría pedagógica fuerte, que se oponga a las teorías hegemónicas que privan a los la escuela del sentido y los docentes de la autonomía intelectual para realizar su trabajo.

Palabras clave: Escuela de la Tierra. Educación de campo. Sala Multigrado. Formación Docente. Política educativa.

Recebido em: 05 de agosto de 2022.

Aceito em: 24 de agosto de 2022.

Introdução

O Brasil é um país de estrutura agrária com intensa concentração fundiária e atualmente dominado pelo agronegócio, braço da exploração capitalista no campo, cuja produção nos dois últimos anos, 2020 e 2021 alcançou recordes sucessivos de lucros e responde por quase metade das exportações do Brasil. Ao mesmo tempo que produz riqueza, produz fome, miséria, destruição ambiental com acelerado processo de desmatamento e queimadas e, produz também, mortes. O território do agronegócio é marcado pelo sangue dos pequenos proprietários, das lideranças dos movimentos sociais no campo, extrativistas, indígenas e quilombolas. Além das mortes no campo, provoca as mortes nas cidades, é uma produção de grãos e divisas que não alimenta a população brasileira. Nos últimos dois anos, mais de 33 milhões de brasileiros vivem em situação de fome. O território do agronegócio é marcado por grandes desigualdades sociais em especial nas áreas rurais e isso se reproduz também em relação a educação destinada aos trabalhadores do campo.

O mesmo Estado que age para defender o interesse dos capitalistas na ampliação da acumulação do capital e manutenção de privilégios é o mesmo que deveria fazer a distribuição da riqueza produzida coletivamente pelo conjunto da população. Esse estado deveria desenvolver políticas públicas sociais para conter esse avanço da miséria no país, alimentar seu povo de comida e de cultura.

Os dados oficiais (PNAD, 2015) mostram que a população que reside em áreas rurais encontra-se em desvantagem em relação à população urbana, tanto em termos de recursos financeiros quanto culturais e isto inclui acesso à educação escolar. O acesso à educação de qualidade ainda não está garantido no país como um todo, e quando se trata especificamente no meio rural, este acesso é mais raro ainda. A concepção de educação empregada pela burguesia brasileira não tem favorecido a educação no campo por não ter combatido satisfatoriamente o analfabetismo, nem elevado os níveis de escolaridade e padrão de vida.

Esta dívida histórica pode ser percebida pelas ações do governo brasileiro que tem, ao longo da história, priorizado o fechamento de escolas rurais, especialmente as multisseriadas e optado pelo transporte de alunos para a área urbana, muitas vezes, em condições precárias de transporte. A escolaridade dos habitantes do campo é menor do que a dos habitantes de áreas urbanas, especialmente porque as escolas rurais quase nunca oferecem educação básica completa, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. Ainda hoje é possível encontrar escolas rurais com recursos básicos insuficientes, como falta de material didático, carteiras, salas de aula, energia elétrica, água encanada, tecnologias de comunicação, dentre outros.

Nas últimas décadas houve algum avanço no campo da política pública de educação com a formulação de leis e documentos oficiais que contemplam a educação do campo. Isso se deu no âmbito do Estado, mas não sem pressão. As políticas públicas para a educação do campo implementadas a partir dos anos de 1990 são resultado da luta travada entre os movimentos sociais e o Estado.

A mobilização de diferentes sujeitos organizados em torno da luta pela terra e pela educação foram importantes para a garantia do direito a educação das populações do campo e estão expressos no arcabouço legal que regulamenta a Educação Básica, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI 9394/1996), bem como em outras específicas para o campo, como as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação, a Resolução CNE/CEB 1/2002, que trata das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a Resolução CNE/CEB 2/2008 que institui as Diretrizes Operacionais Complementares para as Escolas do Campo e a de nº 8 de 20 de novembro de 2012, que define

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e ao Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, com financiamento do PRONERA (SANTOS, NETO 2021, p. 9).

Tendo sido forçado o reconhecimento da especificidade da formação escolar da população do campo, a partir dessa configuração, outras políticas foram formuladas, como as de formação de professores para atuar nas escolas do campo, com destaque para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA, 1998), o Programa de Apoio à Formação Superior em Educação do Campo (PROCAMPO, 2007) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO, 2012).

O Programa Escola da Terra é uma dessas políticas públicas de educação do campo e foi criado em 2013 durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, coordenado pela Secretaria Continuada de Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC) em parceria com municípios, estados e universidades públicas federais. Inúmeros textos frutos de pesquisas, relatos, relatórios de execução e análises históricas e teóricas tem tratado sobre a origem desse programa e estão disponíveis nas bibliotecas virtuais e físicas pelo país afora, portanto, não vou me ater muito sobre a temática. Neste texto vou tratar da experiência do estado de São Paulo e suas bases teóricas me apoiando na empiria paulista e na historiografia disponível.

Programa Escola da Terra: uma política para a formação de professores no campo

O programa Escola da Terra se enquadra nessas políticas públicas de formação de professores que atuam nas escolas do campo e, historicamente, decorre do extinto Programa Escola Ativa, que foi implementado em 1997, uma estratégia que tinha como finalidade melhorar a qualidade do ensino em áreas rurais por meio da implementação de metodologia específica para o ensino em salas multisseriadas rurais. Inicialmente foi implantado nas regiões norte, nordeste e centro oeste, sendo expandido para as demais regiões do país apenas em sua fase final, de 2008 a 2011, quando passou a ser coordenado pela SECAD (atual SECADI) e financiado pelo MEC (ROSA, 2013; ROSA; BEZERRA, 2016).

A partir da extinção do Escola Ativa é que foi proposto o Programa Escola da Terra, que passou a assumir, desde então, a formação dos professores das escolas do campo país afora. No estado de São Paulo o Escola Ativa chegou apenas nessa fase final, inicialmente sob a coordenação da Representação do Ministério da Educação em São Paulo (STEFANINI, 2012, p. 02) e depois, sob a responsabilidade da UFSCar, que ofertou a última turma no ano de 2010.

Entre 2010 e 2016 houve um vácuo na oferta de cursos de formação específicos para professores das escolas rurais no estado de São Paulo dentro das políticas públicas, o que não deixou de ocorrer pela iniciativa privada, que atuou incessantemente ofertando cursos de curta duração e especialização *lato sensu*, embora não voltados para as problemáticas das escolas do campo. Dados de uma pesquisa realizada anteriormente sobre os professores do campo mostram que

A maioria dos professores (76,7%) possui pós-graduação *lato sensu*, as chamadas especializações. Em sua quase totalidade, realizadas à distância, em diferentes áreas, a saber: Alfabetização e Letramento; Deficiência Intelectual; Educação Especial Inclusiva; Gestão Escolar; Escola e Família e Psicopedagogia. Esta última é a mais procurada pelos profissionais, representando 30,4% dos especialistas da amostra (SANTOS, 2021, p. 55).

Esses dados são relevantes para compreender a formação dos professores no estado de São Paulo e a forma como a universidade pública vai se inserir. Esses cursos ofertados via de regra são cursos comerciais, com pouco aprofundamento teórico e pouca proximidade prática, conteúdos que não se aproximam da realidade concreta e, principalmente, que tem como fundamento teórico as pedagogias hegemônicas do aprender a aprender. Esse modelo de formação continuada é predominante entre os professores de uma maneira geral e é o mesmo que chega aos professores do campo. Como é que esses professores terão seu olhar direcionado para pensar as perspectivas e especificidades de sua atuação nas escolas do campo? Como é que vão compreender a vivência de seu aluno e a realidade da qual ele provém? Como vai fazer com que seus alunos reflitam sobre a materialidade de suas vidas, se não a conhecem e as teorias hegemônicas agem exatamente no sentido de omitir e obscurecer essa realidade concreta?

Imbuídos de todas essas questões teórico-didático-pedagógica que buscamos organizar o curso da UFSCar de forma a possibilitar a crítica às teorias pedagógicas hegemônicas e direcionar o olhar dos professores às questões relacionadas ao ensino em salas multisseriadas das escolas do campo e quilombolas.

Em 2017 iniciamos a primeira turma de aperfeiçoamento dentro da ação Escola da Terra e formamos 98 professores de 4 regiões administrativas do estado de São Paulo (SANTOS; CARVALHO, 2021). No ano de 2021 concluímos mais uma turma do aperfeiçoamento e nesse momento, estamos ofertando uma especialização em Educação no Campo no âmbito do Escola da Terra. Adotamos o materialismo histórico-dialético como método e a Pedagogia Histórico-Crítica como teoria pedagógica. Falaremos disso adiante.

Apesar dos esforços coletivos das universidades e da Coordenação-Geral da Educação Indígena, do Campo, Quilombola e de Tradições Culturais (CGICQTC/DMESP), da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação

(SEMESP/MEC), além do avanço das teorias pedagógicas hegemônicas que invadem as escolas, os cortes de recursos para a educação tem afetado diretamente todo o ensino no país e, principalmente, a formação dos professores. Isso faz com que seja necessário a mobilização da resistência pela educação do campo e contra o confisco dos recursos públicos, que afetam diretamente a execução das políticas públicas e o direito a educação.

Escola da Terra no estado de São Paulo: organização e fundamento didático pedagógico

A discussão sobre educação no estado de São Paulo tem se restringido quase que exclusivamente à educação do setor urbano. Há um certo discurso tanto na academia, quanto nos meios políticos, de que o estado não tem mais campo e que toda a formação deve ocorrer nos centros urbanos. Esse discurso tem levado o governo estadual e parte dos municípios a fechar escolas no meio rural e transportar as crianças que habitam no campo para as cidades, para aí, ter acesso à escola, contrariando a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 que recomenda que se deve evitar o deslocamento de crianças do campo extracampo. Esse fato além de provocar um desenraizamento, faz com que as especificidades de sua condição de vida se dispersem no meio das outras crianças da escola urbana e as necessidades de sua formação não sejam atendidas, por exemplo, a questão da relação campo cidade. Isso implica também o apagamento de sua origem e identidade do campo com o campo.

Pensando nessas questões o curso ofertado pela UFSCar se propôs a levar essa reflexão como conteúdo didático-pedagógico. Do ponto de vista organizacional, os professores cursistas são de regiões diferentes do estado e regiões distantes umas das outras, por isso a necessidade de organizarmos polos para melhor acompanhamento e oferta das aulas. Com esse intuito montamos 3 polos o que possibilitou que professores de escolas multisseriadas e quilombolas de educação básica tivessem uma formação contextualizada em localidades onde normalmente o acesso é difícil. O corpo docente foi composto por professores lotados no Departamento de Educação, na UFSCar-São Carlos.

O Projeto do Curso tem a estrutura curricular focada no professor em formação como sujeito histórico, com suas problemáticas e sua contextualização e tem como pressuposto teórico pedagógico a Pedagogia Histórico Crítica.

A aceitação e impacto da formação dos cursistas do Escola da Terra foi e é significativo, como manifestaram os professores e representantes das secretarias de educação dos municípios atendidos, presentes no Seminário de Encerramento das turmas. O curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra em São Paulo foi organizado por módulos que se constituem em Seminário

Inicial, Seminário final e os demais módulos correspondem às áreas de conhecimento, como é de praxe na formação na Educação do Campo.

No módulo “Trabalho e Educação no Campo”, discutimos a relação capital/trabalho, as relações capitalistas de produção e a exploração do trabalho no campo. Abordamos a Educação do Campo em seus aspectos conceituais, históricos e legais, subsidiando os professores em relação a legislação educacional e a legislação que regula a Educação do Campo como direito público subjetivo, instrumentalizando-os com a fundamentação legal focando as medidas que garantem a criação e a permanência das escolas no campo.

Muitos professores manifestaram desconhecimento em relação à legislação pertinente a educação do campo, e destacaram a importância de ter tido acesso a esse conhecimento, principalmente por que está em curso de maneira bem acentuada o processo de fechamento das escolas do campo e a nucleação em escolas urbanas via transporte escolar. Com isso, conseguem se articular coletivamente como escola e mobilizar a comunidade em um movimento de resistência ao fechamento das escolas do campo. Essa realidade se assemelha muito com as de outras regiões do país, mas, como dito antes, em São Paulo esse processo é ligeiro e progressivo, de forma que se torna muito necessário instrumentalizar os professores na defesa da educação do campo e do direito à educação escolar próximo de casa, como determina o arcabouço jurídico brasileira.

No módulo “Alfabetização, currículo e planejamento para a Educação no Campo” nos dedicamos a realidade concreta do ensino na escola do campo. Abordamos questões referentes as teorias pedagógicas frequentes na Educação do Campo e, a partir delas, refletimos sobre as práticas pedagógicas ao mesmo tempo em que buscamos articular a teoria com a prática formulando propostas de intervenção na realidade dos cursistas nas escolas e classes multisseriadas e quilombolas do campo.

Esse módulo é o eixo central do curso e está voltado para a prática pedagógica. Nele discutimos as teorias pedagógicas presentes na educação do campo e a construção histórica da Pedagogia Histórica Crítica de modo que os professores conheçam essa pedagogia e seu papel na valorização do saber escolar, na democratização do acesso ao conhecimento via conteúdo escolar e na valorização do professor.

Para atingir esse objetivo, iniciamos com os fundamentos da Psicologia Histórico Cultural e suas relações com a Pedagogia Histórico-Crítica na formação da personalidade do educando, a ontologia do ser social e a teoria do conhecimento e do processo ensino-aprendizagem em salas multisseriadas.

Apresentamos e construímos, junto com os cursistas, possibilidades de organização, metodologias e práticas pedagógicas para as escolas multisseriadas rurais com ênfase para

estratégias de ensino e aprendizagem em classes multisseriadas. Neste eixo discutimos elementos curriculares e seus instrumentos de aplicação na escola/sala multisseriada e quilombola do campo; planejamento do processo ensino-aprendizagem em salas multisseriadas; organização do Trabalho Pedagógico em sala multisseriada; sala multisseriada como espaço interdisciplinar de pesquisa, ensino e aprendizagem; agrupamentos produtivos e possibilidades de aprendizagem nas salas multisseriadas e aproximações Escola/Comunidade na aprendizagem dos alunos.

Para completar a formação, discutimos ainda a “Educação no Campo e Relações Étnico-raciais”, apresentando e discutindo a questão racial no Brasil; cultura africana, afro-brasileira e a relação com o campo; aspectos históricos e sociais das questões quilombolas; quilombos e relações étnico-raciais no campo; relações raciais no cotidiano escolar na escola do campo; políticas de ações afirmativas na educação escolar e, a Lei n.º 10.639/2003 e Diretrizes Curriculares para a Educação das relações Étnico-Raciais e seus desdobramentos.

Quanto aos Seminários realizamos, um em cada módulo. O objetivo dos seminários é que eles sejam um eixo condutor e articulador do curso e ainda, de socialização entre os cursistas e entre cursistas e formadores. Vale destacar também a importância que tem para os cursistas das regiões mais distantes a proximidade com a universidade e seus ritos. A presença no espaço físico da universidade contribui na formação da identidade universitária e o sentimento de pertencimento a essa comunidade acadêmica.

O primeiro seminário foi a abertura do curso aconteceu na universidade. Na oportunidade apresentar aos alunos um panorama da Educação Rural e Educação no Campo no Brasil. O segundo tratamos das experiências de ensino dos cursistas, em um momento rico de articulação teoria/prática e articulação dos conteúdos dos módulos. O último seminário foi o de encerramento no qual os cursistas compartilham com os colegas os resultados de todos os módulos, realizando discussões sobre metodologia e didática para educação no campo, de modo que os alunos apresentem, em grupos, estudos de casos e relatos de suas experiências a partir da implementação do curso Escola da Terra.

O objetivo é provocar os professores/cursistas a pensar e agir dialeticamente “reproduzir os processos históricos no nível do pensamento, como concreto pensado, na reflexão teórica”. (CIAVATTA, 2011) e isso requer o reconhecimento da concretude, da totalidade e da dinâmica dos fenômenos sociais que são construídos historicamente. Somente a pedagogia histórico-crítica, que se posiciona no campo da contra hegemonia e da prática revolucionária é capaz de refletir os processos educacionais e de atuação didático pedagógica nos espaços formais de ensino e se contrapor àquilo que Newton Duarte (2001) chama de “as pedagogias do aprender a aprender”.

A Pedagogia Histórico-crítica tem como base a defesa de uma escola pública que atenda os anseios da classe trabalhadora e como tal requer dos professores/cursistas o entendimento crítico/reflexivo acerca das questões sociais, políticas e econômicas que “busca equacionar, de alguma maneira, o problema da relação educador-educando, de modo geral, ou no caso específico da escola, a relação professor-aluno, orientando o processo ensino aprendizagem” (SAVIANI, 2005, p. 25).

No caso da escola do campo, essa pedagogia proporciona a base pedagógica e conhecimentos sobre a prática social como ponto de partida e a prática social de alunos e professores do campo é o avanço do capital via agronegócio destruindo florestas, rios e mares e contaminando o ar com a fumaça das queimadas, com a poeira das nuvens de poeira, com a pulverização aérea de agrotóxicos e fertilizantes, com os aviões que sobrevoam as escolas e as pequenas propriedades familiares.

Do ponto de vista teórico, as propostas educacionais que igualam escolas rurais e urbanas, desconsiderando totalmente as especificidades das escolas do campo e de seus sujeitos. Com uma teoria pedagógica sólida e que subsidie o trabalho do professor e sua prática pedagógica, se torna mais compreensível essa realidade e a formação dos sujeitos será mais rica em conteúdos formativos concretos, longe de pensar em uma realidade idealizada, distante das problemáticas locais.

É uma teoria pedagógica de base marxista, que surgiu a partir de necessidades postas pela prática dos educadores e vem se retroalimentando coletivamente desde os finais da década de 1970. Compreende a história a partir das condições materiais da existência humana e, além de fazer a crítica sistemática a organização escolar capitalista, prega a transformação do modo de produção, como condição para se transformar as relações sociais e, conseqüentemente, a escola.

Está, portanto, posicionada na luta de classes, como todas as teorias pedagógicas estão, a de ontem e as de hoje, porém, se coloca claramente como aliada e defensora dos interesses da classe trabalhadora. Trata-se de uma concepção de mundo, de ser humano, um projeto de educação e sociedade (COSTA; SANTOS, 2022).

A Pedagogia Histórico Crítica Compreende a escola como uma instituição social que tem um papel que lhe é específico, que a difere das demais instituições educativas, cujo objetivo é propiciar o acesso ao conhecimento sistematizado, produzido historicamente pelo conjunto dos homens e que é necessário que as novas gerações adquiram para que possam avançar enquanto sujeito a partir do repertório cultural, científico, tecnológico, artístico produzido pela humanidade em seu processo histórico. A ação da escola é intencional, planejada, sistematizada e se realiza por meio do trabalho educativo, que, de acordo com Saviani (2003, p. 13),

diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo”.

Ou seja, requer mediação educativa, uma atividade presente em todos os momentos da vida humana, mas que na escola assume um caráter diferente, a mediação é estruturada e responsável por viabilizar a consciência filosófica, a visão concreta e sintética dos indivíduos (TURINI, SANTOS, 2022). O objetivo do trabalho educativo na pedagogia histórico-crítica é a apropriação da humanidade coletiva e histórica com vistas ao desenvolvimento de uma percepção crítica de mundo, uma concepção mais elaborada, mais rica de articulações, ao mesmo tempo que menos miserável e plenamente ativa e transformadora.

No desenvolvimento de propostas educativas que contemplem os objetivos da PHC destaca-se a necessidade de se dar forma ao trabalho coletivo, da construção de uma práxis efetivamente coletiva, do desenvolvimento de unidades que se articulem com outras unidades, como também de uma totalidade intencionalmente construída. Na formação de professores essa discussão tem uma dupla finalidade, ampliar os conhecimentos acerca da concepção filosófica e elaborar estratégias de ensino que possibilite aos alunos a apreensão dos conteúdos escolares

Considerações finais

O Brasil é um país de dimensão continental, de economia capitalista e que é muito diverso em sua composição econômica e social. O que não muda é a exploração capitalista e o avanço do agronegócio em todas as regiões do país, com seu ímpeto destruidor de ambientes e de gentes, e de suas estratégias de controle e dominação via ideologia, sendo o lugar preferido para atingir esse objetivo, a instituição escolar. É nesse sentido que um curso como o Escola da Terra adquire uma relevância a todos os envolvidos.

Apesar de ser uma política pública gestada no interior do estado capitalista, e de sua origem estar vinculada a um projeto cooptado pelo capital, o extinto Escola Ativa, com a liberdade de cátedra e a universalidade da universidade, possibilita avanços no sentido da adoção de teorias pedagógicas que contestem a educação do capital e se aproximem mais das necessidades de organização da classe trabalhadora.

É no âmbito deste projeto financiado pelo MEC que estamos formando professores em parâmetros mais sólidos e críticos que caminham no sentido da contra hegemonia das teorias

pedagógicas disseminadas amplamente. Estamos somando àqueles que estão, coletivamente, formulando a Pedagogia Histórico Crítica, a pedagogia de base materialista histórico e dialética.

Organizamos o curso Escola da Terra na UFSCar a partir desse referencial e temos proporcionado fundamentos teóricos práticos aos professores das escolas do campo, multisseriadas e quilombolas do estado de São Paulo, levando-os a conhecer a realidade dos alunos do campo e se reconhecer como sujeitos coletivos que são importantes agentes na luta pela educação do campo, pela manutenção das escolas nas proximidades das residências dos alunos e pelo seu próprio emprego. Resistir sempre, teorizar a prática pedagógica, compartilhar com os colegas, se fortalecer coletivamente. Unidos somos mais fortes e esse momento que estamos vivendo torna a necessidade da ação coletiva consciente ainda mais necessária.

Referências

BRASIL (2002) CNE/CEB. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo*. Brasília, SECADI.

CIAVATTA, M. A cultura do trabalho e a educação plena negada. *Revista Labor*, n.5, v.1, p.170-189, 2011. Disponível em: http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume5/9_Maria_Ciavatta.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

COSTA, E. de F. L. B.; SANTOS, M. C. dos. A pedagogia histórico crítica como paradigma educacional e concepção teórico-metodológica para a validação do produto educacional no PROFEPT: reflexões iniciais. In *Revista Labor*, V 1, N. 24. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/53047>. Acesso em: 20 out. 2022.

DUARTE, N. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. In *Revista Brasileira de Educação*. Set/Out/Nov/Dez 2001 Nº 18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KtKJTDHPd99JqYSGpQfD5pj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PNAD. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015*. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

ROSA, J. M.; BEZERRA, M. C. dos S. A qualidade educacional para o programa escola ativa. *Revista Exitus*, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 79-94, 2016. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/128>. Acesso em: 11 ago. 2022.

ROSA, J. M. *O programa Escola Ativa e a gestão participativa em escolas no campo* / Júlia Mazinini Rosa. -- São Carlos: UFSCar, 2013. 201 f.

SANTOS, A. de S. dos; CARVALHO, F. S. de. Necessidade de formação versus vontade política: Educação no Campo e Escola da Terra no estado de São Paulo. In SANTOS, Maria Cristina dos; NETO, José Leite dos Santos. *Formação de Professores para escolas rurais do estado de São Paulo: o ensino em salas multisseriadas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 321 p.

SANTOS, M. C. dos; NETO J. L. dos S. [Orgs.]. *Formação de professores para escolas rurais no estado de São Paulo: o ensino em salas multisseriadas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 321p.

SANTOS, M. C. dos; NETO J. L. dos S. [Orgs.]. Escolas multisseriadas rurais paulistas: organização do ensino e trabalho educativo. In SANTOS, Maria Cristina dos; NETO José Leite dos Santos [Orgs.]. *Formação de professores para escolas rurais no estado de São Paulo: o ensino em salas multisseriadas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Pp. 45 a 66.

SAVIANI, D. Contextualização histórica e teórica da pedagogia histórico crítica. In: D. SAVIANI, *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*, 8.ed. Campinas: Autores Associados, 2003. p. 111-125.

SAVIANI, D. Educação socialista, Pedagogia Histórico-Crítica e os desafios da sociedade de classes. In LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs.) *Marxismo e Educação debates contemporâneos*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Pp. 223-274.

STEFANINI, D. M. O programa escola ativa no estado de São Paulo: Implantação de uma política pública para escolas multisseriadas do campo. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 6, n. 3, p. 12-23, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/4997>. Acesso em: 11 ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v6i3.4997>.

TURINI, M. H.; SANTOS, M. C. dos. A organização do trabalho pedagógico como prática transformadora na educação básica. *EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 09, p. 1-28, Jan., 2022. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/6537>. Acesso em 10 ago. 2022.